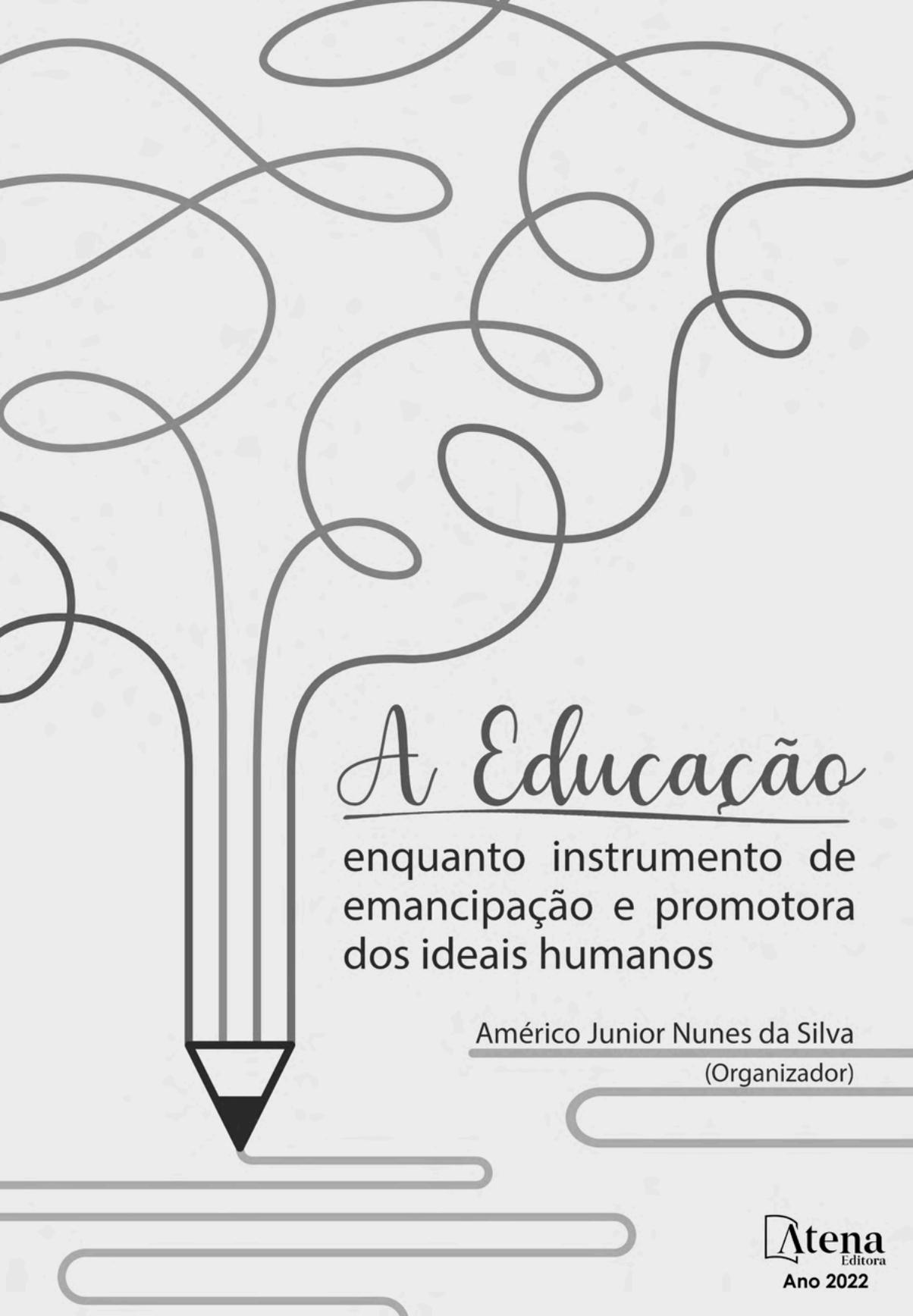


A Educação

enquanto instrumento de
emancipação e promotora
dos ideais humanos

Américo Junior Nunes da Silva
(Organizador)



A Educação

enquanto instrumento de
emancipação e promotora
dos ideais humanos

Américo Junior Nunes da Silva
(Organizador)

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Gabriel Motomu Teshima

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Prof^ª Dr^ª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof^ª Dr^ª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Prof^ª Dr^ª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
Prof^ª Dr^ª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^ª Dr^ª Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
Prof^ª Dr^ª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^ª Dr^ª Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Prof^ª Dr^ª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Prof^ª Dr^ª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^ª Dr^ª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^ª Dr^ª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^ª Dr^ª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



A educação enquanto instrumento de emancipação e promotora dos ideais humanos

Diagramação: Camila Alves de Cremo
Correção: Maiara Ferreira
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizador: Américo Junior Nunes da Silva

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

E24 A educação enquanto instrumento de emancipação e promotora dos ideais humanos / Organizador Américo Junior Nunes da Silva. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-852-3

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.523222801>

1. Educação. I. Silva, Américo Junior Nunes da (Organizador). II. Título.

CDD 370

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br



DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, *desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



APRESENTAÇÃO

Diante do atual cenário educacional brasileiro, resultado de constantes ataques deferidos ao longo da história, faz-se pertinente colocar no centro da discussão as diferentes questões educacionais, valorizando formas particulares de fazer ciência. Direcionar e ampliar o olhar em busca de soluções para os inúmeros problemas educacionais postos pela contemporaneidade é um desafio, aceito por muitos professores pesquisadores.

A área de Humanas e, sobretudo, a Educação, vem sofrendo de trato constante nos últimos anos, principalmente no que tange ao valorizar a sua produção científica. O cenário político de descuido e de trato com as questões educacionais, vivenciado recentemente e agravado com a pandemia, nos alerta para a necessidade de criação de espaços de resistência. Este livro, intitulado **“A Educação enquanto instrumento de emancipação e promotora dos ideais humanos”**, da forma como se organiza, é um desses lugares: permite-se ouvir, de diferentes formas, os professores e professoras pesquisadoras em seus diferentes espaços de trabalho.

É importante que as inúmeras problemáticas que circunscrevem a Educação, historicamente, sejam postas e discutidas. Precisamos nos permitir ser ouvidos e a criação de canais de comunicação, como este livro, aproxima a comunidade das diversas ações que são vivenciadas no interior da escola e da universidade. Portanto, os diversos capítulos que compõem este livro tornam-se um espaço oportuno de discussão e (re)pensar do campo educacional, considerando os diversos elementos e fatores que o intercruza.

Neste livro, portanto, reúnem-se trabalhos de pesquisa e experiências em diversos espaços, com o intuito de promover um amplo debate acerca das diversas problemáticas que permeiam o contexto educacional, tendo a Educação enquanto fenômeno social importante para o fortalecimento da democracia e emancipação humana.

Os/As autores/as que constroem essa obra são estudantes, professores/as pesquisadores/as, especialistas, mestres/as ou doutores/as e que, muitos/as, partindo de sua práxis, buscam novos olhares a problemáticas cotidianas que os mobilizam. Esse movimento de socializar uma pesquisa ou experiência cria um movimento pendular que, pela mobilização dos/as autores/as e discussões por eles/as empreendidas, mobilizam-se também os/as leitores/as e os/as incentivam a reinventarem os seus fazeres pedagógicos e, conseqüentemente, a educação brasileira. Nessa direção, portanto, desejamos a todos e a todas uma produtiva e lúdica leitura!

Américo Junior Nunes da Silva

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

FORMAÇÃO INTEGRAL E HUMANA COMO PRESSUPOSTOS PARA O ENSINO DAS RELAÇÕES ÉTNICO RACIAIS

Rosita Camilo de Souza

Leia Adriana da Silva Santiago

Mirelle Amaral de São Bernardo

Suelma dos Reis Pereira Alves

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5232228011>

CAPÍTULO 2..... 12

ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA EDUCAÇÃO SUPERIOR DO BRASIL: O PNAES EM FOCO

Daniele Antonia da Silva

Alda Maria Duarte Araújo Castro

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5232228012>

CAPÍTULO 3..... 25

ESTUDOS CURRICULARES NA SINDEMIA: LIMITES E LIMIARES

Marcelo Manoel de Sousa

Saraí Patrícia Schmidt

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5232228013>

CAPÍTULO 4..... 43

REVISITANDO CONCEITOS E CONSTRUINDO DICIONÁRIO DE SABERES & POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO CONTEXTO AMAZÔNICO

José Carlos Martins Cardoso

Jorge Antônio Lima de Jesus

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5232228014>

CAPÍTULO 5..... 52

PERCEÇÃO DOS ADOLESCENTES SOBRE A IMPORTÂNCIA DO PROJETO DE EXTENSÃO “DR” EM SALA DE AULA

Iohana Tavares Lopes

Luanna Darfini Garrido da Silva

Tauana Evaristo Porto

Thais Tonin

Daniela Valcarenghi

Leia Viviane Fontoura

Ednéia Casagrande Bueno

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5232228015>

CAPÍTULO 6..... 62

O PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA ESTIMULANDO A

LEITURA DELEITE: UMA REVISÃO NARRATIVA

Fernanda Luciano Fernandes
Sherlany da Silva
Walquiria Gonçalves Rodrigues
Carolina Campos Piassarollo
Evaldo César Mother Ribeiro
Ana Paula Soares Pachú
Andreia Canal Zambon
Ana Marcia Casagrande Fiorio
Zilda Moreira Zandonade
Geovana do Carmo Araujo Almeida
Regina Célia Balardino Paste
Débora Corrêa dos Santos Brioschi

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5232228016>

CAPÍTULO 7..... 74

AVA MOODLE: PERCEPÇÕES DE DOCENTES DE BIOLOGIA SOBRE AS POSSIBILIDADES DE USO NA EDUCAÇÃO SUPERIOR

Ricardo Gonzaga Sales
Irene Cristina de Mello

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5232228017>

CAPÍTULO 8..... 84

ARTE AFRO-BRASILEIRA: SABERES E FAZERES POÉTICOS E PEDAGÓGICOS NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Guadalupe da Silva Vieira
Marcos André Betemps Vaz da Silva
Valquiria Pereira Tenório

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5232228018>

CAPÍTULO 9..... 97

A FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE LÍNGUA PORTUGUESA NO MODELO REMOTO: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Maria Cleniuda da Silva Oliveira
Francisco Wellington dos Santos Saldanha
Ananias Agostinho da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.5232228019>

CAPÍTULO 10..... 101

UM MAPEAR DE PRODUÇÕES BRASILEIRAS SOBRE O ENSINO DE MATEMÁTICA EM CONTEXTO PANDÊMICO

Américo Junior Nunes da Silva
Ilvanete dos Santos de Souza
Leonardo Araújo Suzart
Maiane de Almeida Nascimento
Herica Janielli da Silva Limeira
Roberto Gomes da Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.52322280110>

CAPÍTULO 11..... 110

APRENDIZAGEM SIGNIFICATIVA POR MEIO DE JOGOS EDUCATIVOS PARA DISPOSITIVOS NO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM DA LÍNGUA ESCRITA

Maria Betânia Francisca de Albuquerque Araujo

Fernando da Fonseca de Souza

André Victor de Albuquerque Araujo

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.52322280111>

CAPÍTULO 12..... 123

EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO COLÉGIO RUI BARBOSA EM ARAGUAÍNA, TOCANTINS: PERCEPÇÕES E REALIZAÇÕES NO COTIDIANO DA ATIVIDADE DOCENTE INTERDISCIPLINAR

André de Oliveira Moura Brasil

Claudia Scareli-Santos

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.52322280112>

CAPÍTULO 13..... 135

PERCEPÇÃO AMBIENTAL DE ESTUDANTES DO ENSINO FUNDAMENTAL SOBRE PRÁTICAS AMBIENTAIS EM DUAS ESCOLAS, URBANA E RURAL, DO MUNICÍPIO DE TOLEDO/PR

Elisandra Augusta Gafuri Manfrin

Francy Rodrigues da Guia Nyamien

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.52322280113>

CAPÍTULO 14..... 146

ARGUMENTACIÓN ESCRITA DE ESTUDIANTES UNIVERSITARIOS. DE AVANCES Y PERSISTENCIAS A OPORTUNIDADES

Karen Hasleidy Machado Mena

Martha Cecilia Arbeláez Gómez

Martha Lucía Garzón Osorio

Carmen Elisa Vanegas Lotero

Rubén Darío Gutiérrez Arias

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.52322280114>

CAPÍTULO 15..... 166

NARRATIVAS DE ABDULAI SILA: A EDUCAÇÃO FORMAL COMO VIA PARA O DESENVOLVIMENTO FRICANO

Suely Santos Santana

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.52322280115>

CAPÍTULO 16..... 178

JOVENS BRASILEIROS E CABOVERDIANOS COM SEUS PROJETOS DE VIDA: VIOLÊNCIA FAZ DIFERENÇA?

Elmar Silva de Abreu

Elaine Pedreira Rabinovich

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.52322280116>

CAPÍTULO 17..... 196

TRANSFORMACIÓN DE LA EXPERIENCIA EM APRENDIZAJE:"EL OUTDOOR TRAINING, COOPERACIÓN Y MATERIAL NO CONVENCIONAL"

Julio Fuentesal García

Antonio Baena Extremera

José Javier Horno Tomé

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.52322280117>

CAPÍTULO 18..... 202

LA ORGANIZACIÓN DE EVIDENCIAS VISUALES PARA EL LOGRO DE OBJETIVOS DE APRENDIZAJE

Geovany Rodríguez Solís

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.52322280118>

CAPÍTULO 19..... 212

AS CONTRIBUIÇÕES DAS TECNOLOGIAS PARA A PRODUÇÃO DE MATERIAIS DIDÁTICOS POR PROFESSORES DO ENSINO FUNDAMENTAL

Daniel Vieira Sant'Anna

Daniele de Fátima Fuganholi Abiuzzi Sant'Anna

Daniela Nogueira de Moraes Garcia

Robson Galdino da Silva

Rafael Seidinger de Oliveira

Fabiano da Silva Araujo

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.52322280119>

CAPÍTULO 20..... 222

MUSEUS, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO

Juliana dos Santos Nogueira

João Batista Bottentuit Junior

Robson Daniel dos Santos Nogueira

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.52322280120>

CAPÍTULO 21..... 233

A REFORMA FRANCISCO CAMPOS E A CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE INSTRUÇÃO PÚBLICA DE 1934

Fabio Marques de Oliveira Neto

Vaneska Oliveira Caldas

Waleska Barroso dos Santos Kramer Marques

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.52322280121>

CAPÍTULO 22..... 241

O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO COMO FERRAMENTA DA GESTÃO

PARTICIPATIVA

Cláudia Alves Moreira Ramos
Elize Keller-Franco
Luciane Baia Heess
Vânia Karoline Viana dos Santos Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.52322280122>

CAPÍTULO 23.....253

SOFTWARES EDUCACIONAIS PARA O ENSINO DA MATEMÁTICA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Yasmin Mascarenhas da Silva
Aécio Alves Andrade

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.52322280123>

CAPÍTULO 24.....266

INCLUSÃO SOCIAL PELA LEITURA

Maisa Ianaira Goulart Ferreira Gerin

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.52322280124>

SOBRE O ORGANIZADOR.....275

ÍNDICE REMISSIVO.....276

CAPÍTULO 2

ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA EDUCAÇÃO SUPERIOR DO BRASIL: O PNAES EM FOCO

Data de aceite: 10/01/2022

Data de submissão: 07/12/2021

Daniele Antonia da Silva

Universidade Federal do Rio Grande Do Norte
(UFRN)

Natal- Rio Grande do Norte

<http://lattes.cnpq.br/8131959208521297>

Alda Maria Duarte Araújo Castro

Universidade Federal do Rio Grande Do Norte
(UFRN)

Natal- Rio Grande do Norte

<http://lattes.cnpq.br/1267050454995209>

RESUMO: Este artigo tem como objetivo analisar a criação do Programa Nacional de Assistência Estudantil, principal programa destinado a prestar assistência aos estudantes da educação superior no Brasil. A matriz epistemológica adotada para analisar o objeto de estudo aproximou-se do Materialismo Histórico-Dialético, por entender que a realidade não é estática, mas sim fruto de diferentes determinações. Como procedimentos metodológicos foram utilizados a revisão de literatura; a análise documental do Relatório de Consolidação dos Resultados das Gestões do Plano Nacional de Assistência Estudantil; da Portaria Normativa nº 39 de 12/12/2007 e do Decreto nº 7.234 de 19 de julho de 2010. Foram utilizados ainda dados estatísticos do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Foi concluído que o Programa definiu os procedimentos de assistência

procurando garantir a viabilização da igualdade de oportunidades, com a finalidade de melhorar o desempenho acadêmico e desenvolver ações preventivas contra a repetência e evasão. Contudo, alguns condicionantes de ordem social, econômica e política afetaram o desenvolvimento das suas funções. Esses condicionantes foram indicados no Relatório de Consolidação dos Resultados das Gestões do Plano Nacional de Assistência Estudantil, evidenciando que as Instituições Federais de Ensino Superior apresentaram dificuldades e falhas no seu papel de planejar, implementar e executar o Programa. A participação estudantil esteve pouco presente na sua gestão e execução, o que é indispensável, e precisa ser fortalecida para a construção e planejamento das ações do PNAES em maior consonância com suas realidades e necessidades emergentes.

PALAVRAS-CHAVE: Educação superior. Assistência estudantil. Permanência.

STUDENT ASSISTANCE IN HIGHER EDUCATION IN BRAZIL: PNAES IN FOCUS

ABSTRACT: This article aims to analyze the creation of the National Student Assistance Program (*Programa Nacional de Assistência Estudantil*- PNAES), the main program to assist higher education students in Brazil. The epistemological matrix adopted to analyze the object of the study approached historical-dialectical materialism, as it understands that reality is not static but rather the result of different determinations. As methodological procedures, we used the literature review; a document

analysis based on the Management Results Consolidation Report of the National Student Assistance Plan; Normative Ordinance number 39 of 12/12/2007, and Decree 7.234 of July 19, 2010. We also used Statistical data from INEP. The chapter concludes that the PNAES defined assistance procedures seeking to guarantee the viability of equal opportunities, improve academic performance, and develop preventive actions against repetition and dropout. However, some social, economic, and political conditions affected the development of their functions. These conditions were pointed out in the Management Results Consolidation Report of the National Student Assistance Plan, which shows that the IFES had difficulties and flaws in their role plan, implement, and execute the program. Student participation was little present, moreover, it is essential, and needs to be strengthened for the construction and planning of PNAES actions with its realities and emerging needs.

KEYWORDS: Higher education. Student assistance. Permanence.

1 | INTRODUÇÃO

A educação superior do Brasil está imersa no contexto político, econômico e social contraditório, expresso sobremaneira pela adoção de programas compensatórios e uso do fundo público para o fortalecimento da expansão do acesso à educação superior, substancialmente pela via do setor privado, favorecendo a lucratividade dos mercados educacionais.

Contudo, paralelamente, foi adotado nesse nível de ensino programas para expandir as matrículas nas instituições públicas. O governo de Lula da Silva implementou o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), aprovado pelo Decreto nº 6.096 de 24 de abril de 2007, que desenvolveu ações embasadas nas seguintes diretrizes: redução da evasão nas universidades federais; impulso à expansão da mobilidade estudantil; diversificação das modalidades de graduação; amplificação das políticas de inclusão e assistência estudantil; reorganização da estrutura acadêmica visando a melhoria da qualidade de ensino e articulação entre os diferentes níveis de ensino (BRASIL, 2007a).

Outros mecanismos impactaram no crescimento de matrículas na educação superior, como o Sistema de Seleção Unificada (SISU), aprovado pela Portaria Normativa nº 2, de 26 de janeiro de 2010, e posteriormente, regulamentada pela Portaria Normativa nº 21, de 5 de novembro de 2012. O SisU é o sistema de seleção para estudantes que concorreram por meio do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) a vagas em cursos de graduação disponibilizadas pelas instituições públicas e gratuitas de educação superior (BRASIL, 2010). Esses mecanismos aplicados pelo Estado nas últimas décadas, possibilitaram aos estudantes se candidatarem a cursos de graduação em diversas IES públicas do país, o que gerou um movimento de mobilidade estudantil, interiorização da educação superior, e conseqüentemente o aumento do número de matrículas, que em 2019, representava 8.603.824 (BRASIL, 2019).

Todavia, sabe-se que somente o acesso à educação superior não garante a permanência do público de vulnerabilidade socioeconômica nas instituições. Nesse contexto, a assistência estudantil foi inserida como parte de um conjunto de estratégias para a permanência e reparação social na política de educação superior. Portanto, torna-se fundamental analisar as condições em que se dá a política de assistência estudantil no contexto político e social neste nível educacional brasileiro.

Este capítulo está organizado em duas seções: a primeira aborda o processo de construção da Política de Assistência Estudantil na educação superior no Brasil; e a segunda dedica-se a analisar a criação do Programa Nacional de Assistência estudantil (PNAES), principal programa que versa sobre a assistência aos estudantes da educação superior no Brasil.

21 CONSTRUÇÃO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL NA EDUCAÇÃO SUPERIOR DO BRASIL

A construção da política de assistência estudantil no Brasil se deu tardiamente, assim como o surgimento das Universidades no país. Segundo Kowalski (2012), as primeiras experiências do país com a assistência estudantil (AE) ocorreram no governo de Washington Luís, datadas de 1928, com a abertura a Casa do Estudante Brasileiro em Paris, para conceder suporte aos filhos da classe abastada que eram enviados para estudar em universidades francesas. Posteriormente, no governo de Getúlio Vargas foi criado em 1930, a Casa do Estudante do Brasil, no Rio de Janeiro para dar assistência aos estudantes mais necessitados (KOWALSKI, 2012). Todavia, essas primeiras ações de assistência estudantil privilegiavam, sobremaneira, a elite da sociedade brasileira, considerando que as classes mais pobres tinham acesso limitado à educação superior nesse período.

Kowalski (2012, p. 94), salienta que o período pós a Constituição Federal de 1988, a assistência estudantil é marcada pela fase de amadurecimento dos direitos estudantis, garantidos por meio de acesso aos programas de apoio ao estudante, resultado das pressões sociais dos movimentos estudantis. Essas conquistas foram permeadas por entraves políticos, e ações limitadas em algumas IES. A autora ainda destaca que em âmbito nacional a assistência estudantil nas universidades passava por restrições financeiras, e não houve legislação referente ao financiamento dessa política nas décadas de 1980 e 1990. Apesar do ambiente propício aos ganhos sociais após a redemocratização, a crise financeira do país e os problemas sociais persistiram, e interferiram no avanço significativo da assistência estudantil nas universidades.

Na luta pela inclusão social dos grupos em situação de vulnerabilidade socioeconômica na educação superior, o protagonismo estudantil ganhou força a partir da atuação da entidade estudantil- União Nacional dos Estudantes (UNE), que reuniu reivindicações sobre aspectos da assistência estudantil, desportivos e culturais (CUNHA,

2000). Assim com o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE) e Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) entidades que reivindicaram a consolidação da política de assistência estudantil.

O FONAPRACE, partindo da realidade educacional brasileira, com base no levantamento de dados realizado nas universidades realizado em 1996 e publicados em 1997, constata que “[...] o perfil socioeconômico da sociedade brasileira está reproduzido no perfil dos alunos das IFES”. A 1ª pesquisa do perfil socioeconômica dos estudantes de graduação em 1997, evidenciou que 44,29 % dos discentes pertenciam às classes C, D e E, e por isso, necessitavam de assistência estudantil para permanência nos cursos (FONAPRACE, 2012). Essa pesquisa demonstrou também, que os principais condicionantes para evasão desse grupo na educação superior estavam associados, as questões socioeconômicas dos estudantes.

Grande parte da população brasileira, sobretudo, negros e indígenas, não conseguiram se desvencilhar de toda exclusão, preconceito e discriminação sofridos historicamente, que vem à tona pela negação do direito à educação básica de qualidade e o acesso aos bens de consumo e culturais que impactam negativamente na permanência desses estudantes na universidade (FRIGOTTO, 2011). Por isso, a assistência estudantil apesar de ser uma medida paliativa, torna-se uma política necessária atualmente, dado que os estudantes necessitam de condições básicas como alimentação, transporte e moradia para consolidar o direito à educação, principalmente em países como Brasil, que vivenciam desigualdades sociais profundas.

Em 2001, penúltimo ano do governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003) dava-se início a construção do Plano Nacional da Educação (PNE), acompanhando esse processo o FONAPRACE contestou em audiência com o relator do PNE a ausência de ações de assistência estudantil, e entregou a primeira pesquisa do perfil socioeconômico dos estudantes das universidades, para solicitar a inserção de medidas de apoio aos estudantes na redação do documento (FONAPRACE, 2012). O pedido foi atendido, e a assistência estudantil foi referenciada no Plano Nacional da Educação, aprovado pela Lei nº 10.172 de 2001, em seu artigo 34,

Estimular a adoção, pelas instituições públicas, de programas de assistência estudantil, tais como bolsa-trabalho ou outros destinados a apoiar os estudantes carentes que **demonstrem bom desempenho acadêmico** (BRASIL, 2001, p. 37, grifo nosso).

Contudo, o trecho em destaque do artigo, demonstra que a adoção da assistência estudantil definida no documento pode estimular a discriminação e focalização, vestígios da adesão do governo às diretrizes neoliberais para a educação, que divergem do seu papel principal - a inclusão social, considerando que determina o bom desempenho acadêmico do estudante como critério para conceder os benefícios, sem ponderar que muitos dos

estudantes advindos da escola pública têm carências educacionais e por isso, necessitam da assistência.

Gomes, Pires e Silva (2020, p. 2) contribuem para discussão conceituando a política de assistência estudantil como “[...] expressão de uma ampla junção de interesses, embates e reivindicações.” Apesar dos esforços e participação política do FONAPRACE e das diversas entidades estudantis, a assistência estudantil foi marcada até os anos 2000, por descontinuidades, ações isoladas, escassez de recursos, visto que, essa política até esse momento não contava com um programa de nível nacional e arcabouço legal para financiamento e constituição efetiva de uma política mais ampla.

A partir desse diagnóstico o FONAPRACE articulou ações com as IFES para elaboração em 2007 do primeiro Plano Nacional de Assistência Estudantil, e determinou como objetivos:

- a) garantir o acesso, a permanência e a conclusão de curso dos estudantes das IFES, na perspectiva da inclusão social, da formação ampliada, da produção de conhecimento, da melhoria do desempenho acadêmico e da qualidade de vida; b) garantir que recursos extra-orçamentários da matriz orçamentária anual do MEC destinada às IFES sejam exclusivos à assistência estudantil (FONAPRACE, 2007, p.14).

Esse Plano definiu diretrizes para orientar o desenvolvimento de programas, políticas e das principais áreas estratégicas: permanência, desempenho acadêmico, cultura, lazer e esporte e assuntos da juventude. Foi encaminhado para a ANDIFES, como documento base para fundamentar novas propostas nesta área. Contudo, para as ações e objetivos serem alcançados era necessário o comprometimento dos entes governamentais, afim de propiciar a instituição da assistência estudantil como política pública para destinar recursos orçamentários específicos e apoio as IFES.

Segundo estudiosos da temática, entre eles Santos (2020); Castelo Branco, Nakamura e Jezine (2017) as questões da assistência estudantil são extremamente complexas e envolvem não só o acesso, mas também estratégias que garantam a permanência e evitem a evasão dos beneficiados do sistema. Partindo do princípio que “[...] a permanência tem um caráter preventivo e propositivo, já a evasão configura-se como o efeito negativo e impeditivo em relação à permanência do estudante no sistema de ensino.” (SANTOS, 2020, p. 67). As ações da assistência estudantil precisavam estar diretamente ligadas a permanência, surgindo como mecanismo para compensar os estudantes da insuficiência financeira, social e cultural.

Castelo Branco, Nakamura e Jezine (2017, p. 2010), contribuem para essa discussão e destacam a permanência como

[...]ferramenta fundamental para a gestão de Instituições de Ensino Superior (IES), que intencionem garantir o empoderamento de sujeitos em situação de vulnerabilidade, através da ampliação de capital cultural, social e simbólico. Tal ampliação é necessária à mudança de padrão social e econômico dessas

camadas sociais, e é possibilitada pela permanência no ensino formal, garantindo-lhes uma formação com qualidade e sucesso como egresso da educação superior, para posterior inserção no mercado de trabalho (CASTELO BRANCO; NAKAMURA; JEZINE, 2017, p. 2010).

Nessa lógica, na política de assistência estudantil a permanência precisa tornar-se um dos elementos centrais para subsidiar os planos de ação da gestão das IES, visando o enfrentamento das problemáticas concernentes ao acesso, evasão, conclusão e a inclusão social. O rendimento acadêmico e conclusão do curso dos estudantes socioeconomicamente vulneráveis está articulado a uma relação de dependência com assistência e apoio institucional, visto que, as insuficiências de recursos financeiros e sociais, são uma realidade no interior das universidades e eles necessitam desse suporte normativo da política de assistência estudantil.

3 I AMPLIAÇÃO DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: CRIAÇÃO DO PNAES

O Programa Nacional de Assistência Estudantil foi resultado de uma disputa social e política para a consolidação da política de AE no Brasil, liderado pelos movimentos sociais e entidades como a UNE, ANDIFES e principalmente o FONAPRACE.

No segundo mandato do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2007-2010) a política de assistência estudantil ganhou notório destaque no cenário da educação, considerando que a educação superior foi foco do seu projeto político neodesenvolvimentista, implicado especialmente, com a expansão do acesso e inclusão das camadas mais populares nas universidades (MARQUES; XIMENES; UGINO, 2018).

Nessa conjuntura, a criação do Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais em 2007, foi importante para ampliação considerável do acesso à educação superior, mediante o processo de interiorização desse nível de ensino, que resultou no crescimento do total de matrículas nos cursos de graduação presencial nas universidades Federais, em 2003, representava 527,7 mil e aumentou para 696,7 mil em 2009 (ANDIFES, 2011).

Apesar do REUNI ter priorizado essa expansão por uma lógica de racionalidade de recursos (PEREIRA, CASTRO, 2021), ainda assim, contribuiu para a inserção de estudantes de vulnerabilidade socioeconômica nas IES. O aumento desse público nas IES, fez com que o REUNI estabelecesse diretrizes para sistematização da assistência estudantil, o que pode ser constatado no seu Art 2º, inciso V – quando se refere à necessidade da ampliação de “**políticas de inclusão e assistência estudantil [...]**” (BRASIL, 2007a, grifos nosso). A partir disso, a assistência estudantil foi inserida na agenda governamental e comprometimento dos formuladores de políticas em âmbito nacional e com previsão de dotação orçamentária própria para o financiamento das ações do Programa.

No cenário de expansão do acesso à educação superior, no final de 2007,

impulsionado pelas reivindicações dos movimentos e entidades estudantis e pelas diretrizes estabelecidas pelo REUNI, o setor da Secretaria de Educação Superior (SESu), junto ao Ministério da Educação assumiu a incumbência de combater as desigualdades sociais e regionais dentro das IFES e estimular o acesso e permanência dos estudantes, mediante a criação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), pela Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007: (BRASIL, 2007). De acordo com Silva e Carvalho (2020), esse programa se baseou na proposta de texto construído pelo FONAPRACE e foi um marco importante para a política de assistência estudantil, apesar de ser uma política de governo, e não ter a força de uma Lei Federal, como preconizado antes pelas entidades estudantis.

Nesse sentido, na 46ª reunião do FONAPRACE, que aconteceu em 2009, em Belo Horizonte, a entidade destacou a necessidade de rever alguns delineamentos da assistência estudantil, como os critérios de seleção e a distribuição de recursos do PNAES, que deveriam priorizar o atendimento aos estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica (FONAPRACE, 2012). Em 2010, o PNAES foi reestruturado pela aprovação do Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, que “deu força de Lei à Assistência Estudantil” (FONAPRACE, 2012, p. 37) e representou uma conquista para as entidades estudantis que reivindicavam a garantia da assistência estudantil. O Decreto do PNAES definiu como objetivos:

- I- Democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal;
- II- Minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior;
- III- Reduzir as taxas de retenção e evasão; e
- IV- Contribuir para a promoção da inclusão social pela educação (BRASIL, 2010a, p. 1).

Garantir condições de permanência dos estudantes nos cursos de graduação ganha centralidade nesse programa, como mecanismo para reduzir as questões de evasão, e promover a inclusão social, baseada em três eixos: permanência, inclusão social e combate à evasão.

As ações do PNAES estão voltadas para garantir o acesso aos direitos básicos, assim como, um melhor aproveitamento e desempenho acadêmico, a partir do apoio acadêmico e demais auxílios. Desse modo, no documento foi definido que

As ações de assistência estudantil devem considerar a necessidade de viabilizar a igualdade de oportunidades, contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e agir, preventivamente, nas situações de repetência e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras (BRASIL, 2010a, p.1).

O PNAES é empenhado com objetivos para consolidar ações de assistência e

combate à evasão em decorrência, especialmente das desigualdades sociais e retenção, a partir de um conjunto de estratégias em diversas áreas de atuação:

§ 1º As ações de assistência estudantil do PNAES deverão ser desenvolvidas nas seguintes áreas: I - moradia estudantil; II - alimentação; III - transporte; IV - atenção à saúde; V - inclusão digital; VI - cultura; VII - esporte; VIII - creche; IX - apoio pedagógico; e X - acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação. (BRASIL, 2010a, p. 1).

Nesse documento, foi acrescentado uma nova área de atendimento (a área X) inexistente na portaria nº 39/ 2007, que menciona o atendimento aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação, incentivando a criação de programas para a promoção da inclusão social, como enfrentamento das barreiras de acesso e permanência, propiciando condições acessíveis para aprendizagens e conclusão do curso desse público.

Outra modificação apresentada nesse Decreto nº 7.234/2010 foi referente ao público-alvo do programa, que torna-se: “[...] prioritariamente estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio, sem prejuízo de demais requisitos fixados pelas instituições federais de ensino superior ” (BRASIL, 2010a, p.1), distintamente do PNAES aprovado pela portaria nº 39/2007, que não especificava que critérios socioeconômicos deveriam ser considerados, recaindo sobre as IFES realizar suas próprias interpretações e eleger seu público-alvo. Esse novo documento adiciona o critério baseado no recorte de renda per capita de um salário mínimo e meio, e oriundos da rede pública de ensino.

No artigo sétimo do documento, foi determinado que os repasses serão alocados diretamente nas unidades orçamentárias das instituições federais de ensino superior executoras do programa, que têm autonomia para aplicá-los, desde que obedeçam às diretrizes gerais, assim como, as necessidades dos seus estudantes, anteriormente ao PNAES, as demandas da assistência estudantil eram desenvolvidas pelo orçamento próprio das IES, com recursos limitados, atividades isoladas, dependendo muito da iniciativa e sensibilidade dos seus gestores (FONAPRACE, 2012).

O PNAES está integrado na política de educação superior e seus recursos do PNAES são de origem do Orçamento Geral da União, repassados para o Ministério da Educação (MEC) que tem o papel de monitorar em nível nacional esse programa e encaminhar para a Secretaria de Educação Superior (Sesu), onde existe a Coordenação-Geral de Relações Estudantis (CGRE), órgão responsável pela gestão do PNAES no âmbito da Diretoria de Políticas e Programas de Educação Superior (DIPPES), para assim, serem enviadas às dependências gestoras das Universidades e beneficiários (BRASIL, 2015); (BRASIL, 2018).

Segundo o FONAPRACE (2012), conforme cresceu o acesso da população de baixa renda na educação superior, os investimentos na assistência estudantil expandiram

também, porém, dentro de suas limitações.

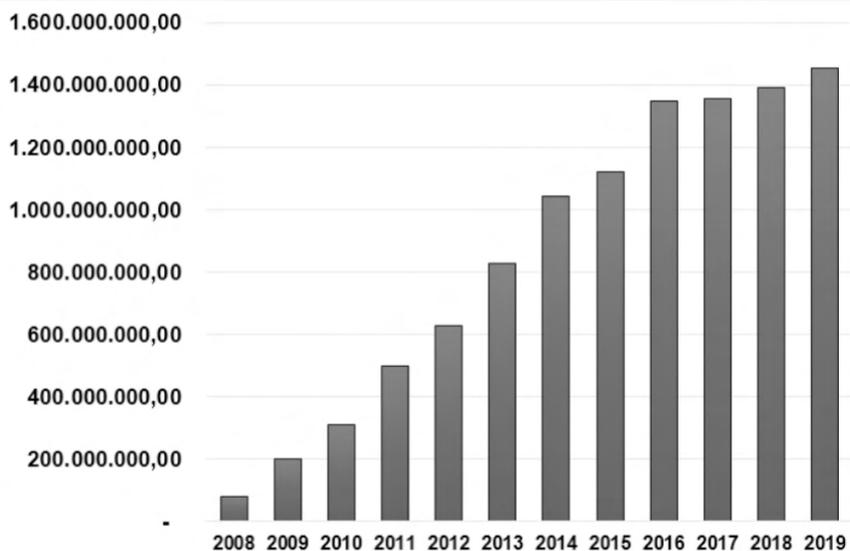


Gráfico 1-Evolução do Orçamento do PNAES nas Universidades Federais do Brasil, no período de 2008 a 2019

Fonte: MEC (2021)

Registra-se um crescimento significativo do orçamento do PNAES no período compreendido de 2008 a 2019, chegando, no ano de 2019, à marca de 1.453.088.687,38. Esses recursos foram alocados às universidades segundo diretrizes e critérios do PNAES e IES. Porém, nota-se que a partir de 2016, o significativo crescimento do orçamento foi atenuado, podendo ser justificado pelos sucessivos cortes e contingenciamento no orçamento para as IES, uma das causas foi a aprovação da emenda constitucional nº 95, de dezembro de 2016, que institui um novo Regime Fiscal no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, fixando um limite para as despesas primárias de serviços públicos, durante 20 anos (BRASIL, 2016). Além disso, o professor João de Deus Mendes (atual coordenador da Fonaprace), afirma que a demanda por assistência estudantil cresceu consideravelmente nos últimos anos, enquanto que os recursos destinados a esse fim, cresceram em uma variação menor, que a necessária para atender o contingente de estudantes que solicitam o auxílio do PNAES (ANDIFES, 2017).

Outros condicionantes que afetam o desenvolvimento das funções do PNAES foram informados pelo Relatório de Consolidação dos Resultados das Gestões do Plano Nacional de Assistência Estudantil, realizado no período de 2015 a 2016, em 58 Universidades Federais (BRASIL, 2016). O relatório teve como finalidade avaliar a atuação das IES na Gestão do PNAES, conforme as regras de funcionamento e aplicação dos recursos,

previstos no Decreto nº 7.234/2010 para contribuir com melhor desempenho do Programa.

Esse relatório evidencia que as IFES apresentaram dificuldades e falhas no seu papel de planejar, implementar e executar o PNAES. A participação estudantil esteve pouco presente no processo de decisão da aplicação dos recursos, contudo, é indispensável, e precisa ser fortalecida para a construção e planejamento das ações do PNAES, em maior consonância com suas realidades e necessidades emergentes.

Outro ponto destacado, foi o acompanhamento, fiscalização e avaliação por parte das IES, compreendidos como aspectos a serem melhorados, dado que, foi constatado no mesmo relatório, a distribuição irregular das bolsas, que não obedeceram aos critérios de renda estabelecidos no Decreto nº 7.234/2010- PNAES.

Ainda de acordo com a CGU, a partir da coleta de dados junto às intuições de ensino superior e do cruzamento com outras bases de dados do Governo Federal, foi possível constatar, em um universo de 89.930 grupos familiares analisados no âmbito do PNAES, a existência de 23.577 grupos em que pelo menos um de seus membros mantém alguma renda formal e, desses, 9.621 grupos familiares, ou seja, 40,8%, possuem renda per capita acima do teto de renda de 1,5 salário mínimo permitido pelo programa, chegando-se a um valor potencial de R\$ 10,4 milhões que podem estar sendo pagos anualmente a estudantes que não se enquadram nos critérios de renda do programa (BRASIL, 2019, 2).

Considerando essas irregularidades, o Ministério da Educação, em 22 de agosto de 2019, enviou o Ofício Circular nº16/2019, direcionado aos Reitores (as) das Universidades Federais, com o assunto: “PNAES. Inconformidades. Orientações. Boas práticas de gestão. Controles. Otimização e eficiência do gasto.” Esse documento reuniu recomendações para as Pró-reitorias de Assuntos Comunitários e Estudantis, ressaltando a necessidade de implementarem “[...] práticas de gestão dos recursos do programa, com a consequente adoção de controles mais rígidos e de medidas de eficiência e otimização dos gastos [...]” (BRASIL, 2019, p. 3).

Sendo assim, essas medidas restringiram cada vez mais o público prioritário, visando a racionalização do orçamento do PNAES e fortalecendo a focalização no público de renda baixa, priorizando atender aos pobres dentre os mais pobres. Gomes, Pires e Silva (2020, p. 20), enfatizam que na realidade a

[...] materialização da Assistência estudantil não se dá com esta dimensão de universalização. Imersa na realidade de redução dos recursos, na lógica do Estado-mínimo, se efetiva de fato, voltada para atendimento das necessidades mínimas de sobrevivência (GOMES; PIRES; SILVA; 2020, p. 20)

As diretrizes desse ofício versam sobre um maior controle e otimização dos gastos, processos seletivos mais rígidos e de medidas de eficiência, algumas orientações pregadas pelo neoliberalismo.

No entanto, apesar das críticas feitas ao Programa de Assistência reconhece-se a necessidade de sua melhor estruturação e portanto, não se nega a necessidade

da realização de algumas medidas propostas no ofício circular (nº 16/2019) como: periodicidade de avaliação diagnóstica do PNAES, oportunizar uma maior participação do corpo discente nas decisões envolvendo as áreas de assistência estudantil, estabelecer um processo de controle e acompanhamento do estudante que recebe o benefício, porém priorizando medidas que reflitam o impacto das ações do Programa na vida acadêmica e social dos estudantes, assim como, ampliação dos recursos financeiros, para atender a todos que deles necessitam.

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

A racionalidade neoliberal, modificou o modo de atuação das políticas sociais, e com isso, na atualidade os programas voltados para a assistência estudantil, como o PNAES, que exercem a função de fornecer condições mínimas para que os estudantes permaneçam e concluam seus cursos de graduação, apenas amenizam as situações de exclusão, portanto, defende-se que é necessária uma transformação radical deste cenário, para garantir a efetivação do direito a educação para todos.

O PNAES por se tratar de um programa de governo depende da sensibilidade dos governantes, que por sua vez, são transitórios. Sendo assim, o programa se caracteriza como uma política focalizada, própria das políticas neoliberais, que filtram entre os estudantes excluídos que solicitam o benefício do programa, uma parte dos “mais excluídos”, uma vez que o processo de seleção determina o atendimento prioritário aos sujeitos de vulnerabilidade socioeconômica com renda per capita de um salário-mínimo e meio, considerando as restrições orçamentárias.

O FONAPRACE (2012) acentua que as ações da assistência estudantil são fundamentais na articulação da tríade essencial nas IES - o ensino, a pesquisa e a extensão. Afirma também, que no século XXI, a política de assistência estudantil não se limita ao atendimento das condições básicas, compreendendo assim, outras necessidades como formação ampliada, inclusão social, produção de conhecimentos, melhoria do desempenho acadêmico e qualidade de vida. Nessa percepção o conceito de assistência estudantil ganha novos delineamentos e questões centrais, norteadoras para sistematização das dimensões de atendimento da política.

Conclui-se, que política de assistência estudantil precisa de uma segurança jurídica definida por Lei para garantir a ampliação do atendimento aos estudantes, assim como, interligar as dimensões da vida acadêmica, social e cultura para tornar os estudantes protagonistas dos seus processos de formação. As IES têm participação importante nesse sistema, visto que, são responsáveis pela normatização e distribuição dos recursos do PNAES, com isso podem priorizar áreas de atendimento da assistência estudantil para uma formação mais ampliada na educação superior, para além, de um atendimento meramente assistencialista, de oferta de condições mínimas como alimentação, moradia e saúde.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G. Políticas educacionais, igualdade e diferenças. **RBPAE**, v.27, n.1, p. 83-94, jan. / abr. 2011.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR. Nota à Sociedade. Conselho Pleno da ANDIFES. **ANDIFES**, Brasília, DF, 28 de agosto de 2017. Disponível em : <https://www.andifes.org.br/?p=52515>. Acesso em: 15 de out. 2021.

BRASIL. **Lei nº 10.172, de 9 de Janeiro de 2001**. Aprova o Plano Nacional de Educação. Brasília, DF: Brasília, DF: Presidente da República, (2001). Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/L10172.pdf>. Acesso em: 23 de mar. de 2019

BRASIL. **Portaria nº 318, de 22 de fevereiro de 2001**. Dispõe sobre o Exame Nacional do Ensino Médio. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 fev. 2001.

BRASIL. **Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007**. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI, 2007a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm. Acesso em: 27 de out. de 2020.

BRASIL. **Portaria Normativa nº 39 de 12 de dezembro de 2007**. Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Diário Oficial da União, Brasília, 13 dez. 2007b. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/portaria_pnaes.pdf. Acesso em: 14 set. 2019.

BRASIL. **Decreto nº 7.234 de 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. . Diário Oficial da União, Brasília, 19 de julho de 2010a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm. Acesso em: 20 jun. de 2020.

BRASIL. **Portaria Normativa nº 2, de 26 de janeiro de 2010**. Institui o Sistema de Seleção Unificada (SISU). Diário Oficial da União, Brasília, 26 dez. 2010b. Disponível em: http://ces.ufpel.edu.br/vestibular/download/2009i/portaria_sisu_diario.pdf. Acesso em: 12 set. 2021

BRASIL. Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União (Cgu). Secretaria Federal de Controle Interno- Diretoria de Auditoria de Políticas Sociais I (org.). **Relatório de Consolidação dos Resultados das Gestões do Plano Nacional de Assistência Estudantil**. Brasília: Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União (CGU), 2016. 27 p.

BRASIL. INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. **Sinopse estatística da Educação Superior 2019**. Brasília: Inep, 2004. Disponível em: <http://inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior>Acesso em: 12 ago. 2021.

BRASIL. **Ofício Circular nº 16, de 22 de agosto de 2019**. Assunto: Pnaes. Inconformidades. Orientações. Boas Práticas de gestão. Controles.

Otimização e eficiência do gasto. Brasília, BR: Ministério da Educação, 22 jul. 2019. p. 1-6.

CASTELO BRANCO, Uyguciara Veloso; NAKAMURA, Paulo Hideo; JEZINE, Edineide. Permanência na educação superior no Brasil: construção de uma escala de medida. **RASE: Revista de la Asociación de Sociología de la Educación**, [S. l.], v. 10, n. 2, p. 209–224, 2017. DOI: 10.7203/rase.10.2.10060.

CUNHA, Luiz Antônio. Ensino superior e universidade no Brasil. In: LOPES, Elaine M. T.; FARIA FILHO, Luciano M; VEIGA, Cynthia G. (org.). **500 anos de educação no Brasil**. Belo horizonte: Autêntica, 2000. p. 606.

FONAPRACE. FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS. **Plano Nacional de Assistência Estudantil**. Brasília, DF, 2007.

FONAPRACE. FÓRUM NACIONAL DE PRÓ-REITORES DE ASSUNTOS COMUNITÁRIOS E ESTUDANTIS. Revista Comemorativa: 25 anos: histórias, memórias e múltiplos olhares. Minas Gerais: UFU – PROEX, 2012.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Os circuitos da história e o balanço da educação no Brasil na primeira década do século XXI. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 46, p. 235-254, Apr. 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-24782011000100013&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 5 Julho 2019.

GOMES, Marília do Amparo Alves; PIRES, Ennia Débora Passos Braga; SILVA, Soane Santos. CONTRADIÇÕES DO IDEÁRIO NEOLIBERAL NA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: DO NASCEDOURO AOS DIAS ATUAIS. **Rev. Tempos Espaços Educ.**, [S. l.], p. 1–25, 2020.

KOWALSKI, Aline Viero. **OS (DES)CAMINHOS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL E O DESAFIO NA GARANTIA DE DIREITOS**. 2012. Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, [S. l.], 2012

MARQUES, Rosa Maria; XIMENES, Salomão BarroS; UGINO, Camila Kimie. Governos Lula e Dilma em matéria de seguridade social e acesso à educação superior. **Brazilian Journal of Political Economy**, [S. l.], v. 38, n. 3, p. 526–547, 2018. DOI: 10.1590/0101-35172018-2784.

PEREIRA, Raphael Lacerda de Alencar; CASTRO, Alda Maria Duarte Araújo. Acordos de metas no âmbito do REUNI: a dimensão da “ampliação da oferta” na UFRN. In: CASTRO, Alda Maria Duarte Araújo; CABRAL NETO, Antônio; SANTOS, Guilherme Mendes Tomaz dos. **Educação Superior em tempos de crise: repercussões em diferentes contextos**. Curitiba: Editora CRV, 2021. p. 169-190.

SANTOS, Pricila Kohls Dos. **Permanência na Educação Superior : desafios e perspectivas**. Brasília, DF: Cátedra UNESCO de Juventude, Educação e Sociedade ; Universidade Católica de Brasília, 2020.

SILVA, Adão Rogério Xavier.; CARVALHO, Mark Clark Assen de. Demarcações históricas sobre a política de assistência estudantil no Brasil. **Revista Exitus**, Santarém/PA, v. 10, p. 1-26, 2020.

ÍNDICE REMISSIVO

A

Adolescente 53, 55, 59, 60, 61, 179, 190

África 91, 166, 169, 175, 176, 177, 178, 185

Alfabetização 38, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 70, 72, 112, 114, 115, 116, 117, 118, 120, 121, 174, 177, 216, 220, 221, 275

Ambiente virtual de aprendizagem 74, 75, 76, 77, 80, 81, 82, 105

Aplicativo educacional 110

Argumentación escrita 146, 148, 152, 153, 161, 162, 163, 164

Artistas afrodescendentes 84, 88, 89

Assistência estudantil 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24

C

Conferências internacionais de instrução pública 233, 236, 240

D

Desenvolvimento 5, 6, 8, 9, 12, 16, 19, 20, 36, 37, 38, 41, 46, 52, 53, 54, 55, 59, 60, 61, 64, 65, 66, 68, 69, 70, 75, 77, 86, 87, 99, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 128, 131, 133, 135, 136, 137, 138, 139, 143, 144, 145, 166, 167, 169, 170, 171, 173, 174, 175, 177, 179, 189, 190, 191, 192, 194, 195, 213, 215, 217, 218, 219, 222, 223, 226, 227, 229, 237, 238, 270, 273, 275

Dualidade 1, 2, 3, 4, 6, 8, 10

E

Educação 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 17, 18, 19, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 60, 61, 63, 64, 65, 67, 68, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 82, 83, 84, 85, 86, 87, 88, 89, 93, 95, 96, 97, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 114, 117, 122, 123, 124, 126, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 143, 144, 145, 164, 166, 167, 169, 170, 171, 172, 174, 176, 177, 185, 192, 193, 212, 213, 215, 216, 221, 222, 223, 229, 230, 231, 232, 233, 234, 235, 237, 239, 240, 241, 242, 244, 245, 246, 249, 250, 252, 253, 255, 256, 265, 266, 267, 268, 270, 273, 275

Educação ambiental 123, 124, 126, 127, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 143, 144, 145

Educação antirracista 1, 2

Educação básica 2, 4, 8, 10, 15, 19, 43, 46, 47, 48, 50, 51, 65, 72, 84, 85, 89, 93, 96, 107, 141, 145, 241, 242, 253, 255, 256, 275

Educação científica 25, 26, 34, 36, 38, 39, 138

Educação lúdica 110

Educação Matemática 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 275
Educação Museal 222
Educação não formal 266, 267
Educação superior 3, 12, 13, 14, 15, 17, 18, 19, 22, 23, 24, 74, 77, 78, 82, 212
Ensaio argumentativo 146
Ensino da Arte 84, 95
Ensino de Biologia 74
Ensino e aprendizagem 7, 27, 31, 36, 75, 102, 108, 128, 213, 214, 220, 222, 223, 251
Ensino remoto 97, 98, 104, 105, 106, 107, 108
Ensino secundário 4, 233, 234, 235, 236, 239, 240
Estudos curriculares 25, 26, 31
Ética 25, 38, 39, 124, 126, 216, 250
Evidências visuais 202, 203
Extensão comunitária 53

F

Ficção 166, 167
Formação 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 16, 17, 22, 26, 30, 32, 33, 34, 36, 39, 41, 44, 45, 47, 50, 53, 59, 61, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74, 75, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 85, 86, 88, 89, 91, 93, 94, 95, 97, 98, 99, 100, 105, 106, 107, 108, 109, 121, 122, 123, 124, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 137, 138, 143, 144, 145, 147, 167, 212, 213, 215, 217, 218, 219, 220, 228, 231, 232, 234, 236, 239, 245, 247, 253, 266, 269, 270, 273, 274, 275
Formação de professores 41, 64, 66, 67, 72, 75, 86, 97, 105, 106, 129, 130, 132, 213, 217, 220, 275
Formação emancipadora 1, 7
Formação humana 1, 2, 6, 8, 47

G

Gestão escolar 43, 45, 46, 47, 48, 241
Gestão participativa 241, 242, 245, 246, 248, 249, 251, 252
Grupos de pesquisas em educação 43
Guiné-Bissau 166, 167, 168, 169, 171, 172, 174, 177

I

Interdisciplinaridade 112, 125, 131, 133, 135, 145
Interface tangível 110

J

Jovens 18, 32, 33, 37, 38, 40, 41, 47, 61, 136, 167, 178, 179, 184, 185, 186, 189, 190, 191, 192, 193, 194, 195, 228, 239, 266, 267, 270

L

Lei 10.639/03 84

Letramento digital 213, 215

M

Mapeamento 54, 82, 101, 102, 103, 108, 214

Matemática 37, 64, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 112, 117, 118, 123, 132, 253, 255, 256, 259, 261, 262, 263, 264, 265, 275

Metodologia 2, 41, 49, 54, 69, 77, 88, 98, 103, 112, 115, 116, 118, 119, 121, 125, 131, 132, 135, 138, 139, 143, 194, 212, 217, 253, 266

Moodle 74, 75, 76, 77, 78, 80, 81, 82, 83

Museus 80, 222, 223, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232

Museus virtuais 222, 223, 225, 227, 228, 231

O

Objetivos de aprendizagem 202

Organización de evidencias 202

P

Pandemia 35, 36, 97, 101, 102, 104, 105, 106, 107, 139, 141

Pensamento crítico 145, 147, 266

Pensamiento crítico 146, 148, 158, 159, 161, 163

Percepção ambiental 135, 136, 142

Periódicos 43, 101, 102, 103, 104, 107, 108, 139

Permanência 5, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 24

Pesquisa em educação 43, 45, 83, 132

PNAIC 62, 63, 64, 68, 69, 72, 275

Políticas educacionais 23, 43, 44, 45, 46, 47, 49, 50, 51, 62, 63, 236

Práticas de leitura 68, 71, 98, 266, 267

Professores escolares 53

Projeto político pedagógico 47, 127, 143, 241, 242, 246, 247, 248, 250, 252

R

Realidade aumentada 110, 111, 112, 113, 117, 118, 225, 232

Recursos tecnológicos digitais 213, 216, 217, 218, 219

Reforma Francisco Campos 233, 235, 236, 238, 239

Relações comunidade-instituição 53

S

Sindemia 25, 26, 27, 34, 35, 39, 42

Softwares educativos 253

T

Tecnologia 1, 4, 9, 59, 76, 78, 81, 82, 83, 84, 85, 89, 92, 95, 96, 99, 101, 102, 109, 117, 214, 215, 222, 223, 224, 229, 230, 232, 253, 254, 266

Tocantins 123, 124, 125, 126, 131, 132, 253

V

Verbetes 43, 44, 45, 49

Violência 41, 54, 178, 179, 180, 181, 183, 186, 188, 189, 190, 191, 192, 193



A Educação

enquanto instrumento de
emancipação e promotora
dos ideais humanos

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 



A Educação

enquanto instrumento de
emancipação e promotora
dos ideais humanos

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 